



Sertão cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)

Elisa Pinheiro De Freitas*

SOUZA, João Carlos de. Sertão cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918). São Paulo: Alameda, 2008.

A compreensão sobre os inúmeros sertões ou interiores deste imenso território brasileiro não se faz apenas com as “pontas dos pés”, mas, também, por meio de um profundo mergulho sobre o que se produziu, pensou e escreveu em relação a eles. Nesse sentido, a obra *Sertão Cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)*, de João Carlos de Souza, constitui importante contribuição para o entendimento de como se deu a formação de Corumbá (MS) nos confins do Brasil.

Para muitos, soa curioso como é que o império luso-brasileiro conseguiu manter uma povoação relativamente numerosa justamente no limite territorial entre a Bolívia e o Paraguai. Há quem diga que se trata de uma circunstância geográfica primorosa, uma vez que na altura da cidade branca, como Corumbá é popularmente conhecida, o rio Paraguai muda o seu curso natural,

* Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora Adjunto 1 A do curso de geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* do Pantanal (Corumbá, MS). E-mail: elisafreitas@usp.br/elisa.freitas@ufms.br.

que se dá no sentido norte – sul, e passa a correr na direção oeste – leste, contornando a imensa rocha de calcário onde está assentada a cidade, e, após este desvio, retoma seu percurso longitudinal.

Assim, situada à margem direita do rio Paraguai, por um capricho da natureza, Corumbá, após a Guerra do Paraguai (1864-1870), foi elevada à condição de cidade e, como tal, vive(u) as tensões e as contradições características da expansão do capitalismo mundial.

Utilizando como fonte de pesquisa os inúmeros periódicos (jornais) impressos, durante o período analisado, tanto em Corumbá quanto em Cuiabá, como também uma extensa e rica bibliografia, João Carlos de Souza reconstitui a historiografia corumbaense em três partes.

A primeira delas é composta por dois capítulos e trata dos discursos construídos ao entorno dos objetos que sinalizavam o progresso do século XIX: o navio a vapor, o telégrafo, a ferrovia e a imprensa. No primeiro capítulo, o autor mostra como os periódicos noticiaram a chegada a Corumbá, em 1904, da primeira linha de telégrafo. Desde então, o pequeno núcleo urbano comercial conheceu “a possibilidade de comunicação de forma mais ágil e imediata com Cuiabá e os grandes centros do país” (p. 31).

Com a livre navegação pelo rio Paraguai, assegurada após o conflito, resolveu-se, momentaneamente, o problema de comunicação entre a capital da província de Mato Grosso – Cuiabá – e a capital do império, Rio de Janeiro. No entanto, foi Corumbá que se desenvolveu economicamente, pelo fato de seu porto fluvial situar-se entre as duas capitais. Era comum no final do século XIX, aportarem na cidade, navios a vapor vindos da Europa e dos países vizinhos. Corumbá tomou ares cosmopolitas e configurou-se num polo comercial, atraindo negociantes estrangeiros que monopolizaram a navegação por um bom tempo.

Outro evento comemorado pela imprensa mato-grossense, como sinônimo de progresso naquela paragem, segundo o autor, foi o anúncio, em 1908, da construção da Ferrovia Noroeste. Esta seria a primeira estrada de ferro a ser implementada em Mato Grosso e significava, conforme o discurso da época, o domínio da civilização sobre o pantanal, local visto como “‘terrível’, ‘inóspito’, ‘maldito’, ‘produtor de febres’, ‘ceifador de vidas’. Enfim, ‘inabitável’” (p. 43).

No segundo capítulo o debate é sobre a imprensa, em especial, o jornal impresso, como outro símbolo da modernidade, arauto da liberdade e da civilização. O *Iniciador*, fundado em 1877, por comerciantes portugueses, foi o primeiro periódico lançado em Corumbá. Embora apregoasse a isenção e a imparcialidade da imprensa local, o que se verificou de fato, de acordo com João Carlos de Souza,

é que “os periódicos de Corumbá analisados estiveram direta ou indiretamente associados a partidos políticos ou grupos comerciais que lhes deram sustentação” (p. 71). Ainda neste capítulo, é apresentado um quadro que permite, aos leitores, saber quais os periódicos veiculados, em Corumbá, entre os anos de 1887 e 1918, o tempo que permaneceram em circulação e a quais grupos políticos e econômicos estavam vinculados.

A segunda parte da obra, constituída por três capítulos, discute os processos atinentes à construção dos espaços da cidade, uma temática que interessa, particularmente, a/os geógrafo/as. Foi durante o século XIX que o debate acerca da higienização dos corpos e do ambiente ganhou força, tendo em vista as inúmeras epidemias e doenças que (re)emergiram juntamente com a urbanização precária, verificada nos bairros habitados por proletários/as das principais regiões industrializadas, comerciais e portuárias do mundo.

O terceiro capítulo aborda como o saber higienista direcionou as ações locais em Corumbá, sobretudo, em virtude das epidemias (varíola, febre amarela, febre tifóide etc.). A criação do hospital objetivou controlar o tratamento dos doentes, uma vez que as famílias não comunicavam às autoridades a gravidade do estado de saúde de seus familiares. Foram tomadas medidas profiláticas para conter o avanço das enfermidades, tais como, impedir que os corpos fossem lançados ou abandonados no rio. Afinal, o discurso de cidade civilizada se pautava na concepção de uma cidade igualmente higienizada.

Ainda, a população pobre era culpabilizada pelos próprios hábitos que não se adequavam às normas de higiene. Os doentes não eram isolados e nem as casas desinfetadas. O autor explica como foi desenvolvido o método da vacina contra a varíola, que era entendida como um veneno. A manifestação popular conhecida como Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro, em novembro de 1904, reverberou em Corumbá. Tal fato externa que as tensões e as contradições da época não se davam apenas nos grandes centros, mas também eram vivenciadas nos núcleos mais recônditos do país.

O quarto capítulo revela como era tenso e paradoxal o cotidiano da cidade de Corumbá. O acesso e a distribuição de água potável tanto para os segmentos sociais de maior poder aquisitivo quanto para os mais pauperizados esteve a cargo dos transportadores de água conhecidos como “aguateiros”. Estes, por meio de carroças, eram responsáveis pela comercialização da água. Grande parte das moléstias estava relacionada à insalubridade das águas. Como conta o autor, aos pobres restava a possibilidade de mendigarem água junto aos setores sociais opulentos ou pagarem com a própria vida bebendo água contaminada.

Diante desses impasses, o poder público liderava a organização do espaço citadino, de modo a livrá-lo da insalubridade. Foram construídas galerias subterâneas para fazer fluir o esgoto bem como a água potável, pois do que adiantaria prédios monumentais, do ponto de vista arquitetônico, se a cidade prescindia de saneamento básico? Outra questão discutida pelo autor era a falta de habitação que concorria para o preço abusivo dos aluguéis, algo que, na contemporaneidade, ainda não se resolveu.

O quinto capítulo trata de questões relativas ao porto, estrutura que sempre ganha “forte referência e representação, mesmo quando fluviais, pois são porta de entrada e saída, local por excelência da troca e das relações” (p. 167). Assim, o autor mostra como os militares da época preocupavam-se com a melhoria da parte baixa da cidade (a zona do porto) e a interligação daquela com a parte alta. Discute-se, ainda, o papel das casas comerciais que, anteriormente à instalação dos bancos, cumpriam a função de concessão de crédito a diferentes agentes econômicos instalados no município.

A terceira e última parte da obra condensa as questões relativas à base material da sociedade corumbaense, mostrando como se dava a produção de bens e serviços, como também a esfera simbólica manifestada pelos festejos e atividades ligadas ao lazer. No sexto capítulo estão informações sobre a incipiente indústria em Corumbá. É interessante saber que a navegação e a presença de militares foram capazes de engendrar um circuito econômico relativamente dinâmico para a cidade, por demandar uma série de serviços. O autor aborda, entre outras questões, o emprego de paraguaios, na condição de trabalhadores escravos, após o término da guerra.

O sétimo capítulo explana como o lazer e as festas vinculavam-se ao trabalho do dia a dia, haja vista que “os homens não dissociavam as atividades, conforme requeria à racionalidade que se tentava implantar no meio urbano. A rua era espaço de sociabilidade” (p. 241). Consta que era comum, entre os segmentos populares, o banho nu nas águas do rio, hábito que foi duramente criticado pelas elites locais e entendido como não civilizado.

Dentre as diferentes formas de sociabilidade comentadas pelo autor, destaque-se a tradicional Festa de São João de Corumbá, ocasião em que os festeiros realizam o famoso ritual do banho de São João nas águas do rio Paraguai, atualmente, em via de se tornar um Patrimônio Cultural do Brasil, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A vinculação com o Rio de Janeiro fez com que o carnaval, em Corumbá, hoje um dos mais tradicionais da região Centro-Oeste, também se tornasse outro momento de diversão para os diferentes segmentos sociais.

Por fim, cabe destacar que João Carlos de Souza teve o mérito de desvendar como as transformações, próprias do final do século XIX, passaram a fazer parte do cotidiano de Corumbá, uma cidade periférica com suas especificidades, mas que simultaneamente foi tão (ou mais?) cosmopolita como tantos outros centros urbanos. Um capricho da civilização?